

O Financiamento do Esporte pelo Governo Federal

Clebe Onor de Barros Neves; Meri Rosani Santos da Silva

Introdução

As políticas públicas de financiamento no país definem quais as demandas sociais serão atendidas e também que verbas serão destinadas para esse fim. As políticas públicas de financiamento do esporte seguem a mesma regra e são geridas pelo Ministério do Esporte. Saber para onde estas verbas são destinadas e em que montante isso é feito, pode identificar, por exemplo, a importância dada pelo governo federal para o esporte de alto rendimento e para os programas sociais de esporte e lazer. Tal identificação se faz necessária para que se possa através do conhecimento do que é feito hoje elaborar propostas para atender as demandas sociais existentes no campo do esporte. Em um país como o Brasil onde grande parte da população luta com dificuldade para suprir necessidades básicas como moradia e alimentação, a prática de algum esporte, por menor custo que acarrete, parece não fazer parte de sua realidade. Sua condição financeira torna-as dependentes das políticas públicas para terem acesso a alguma forma de prática esportiva. O tema de políticas públicas especialmente de esportes tem ganhado visibilidade nos últimos anos, principalmente devido à candidatura do Brasil para sediar os Jogos Pan-Americanos e sua posterior realização no país no ano de 2007. Este trabalho foi produzido no intuito de analisar a distribuição orçamentária no ano fiscal de 2007 por programas do Ministério do Esporte, e descobrir se houve equivalência entre as verbas destinadas ao esporte de alto rendimento e ao esporte social. Oficialmente, o esporte de alto rendimento e os programas sociais de esporte e lazer são atendidos de forma igualitária em relação à destinação de verbas, informação que, visivelmente, parece não condizer com a realidade. Especialmente em 2007, ano do pan-americano, quando se presume que a destinação de verbas ao esporte de alto rendimento deve ter aumentado significativamente, em detrimento do financiamento dos programas sociais de esporte e lazer sob a responsabilidade do Ministério do Esporte.

Metodologia

Para a produção deste trabalho foi utilizado como referencial teórico o esporte moderno, políticas públicas de esporte e financiamento do esporte pelo governo federal. De acordo com Stigger (2005, p.30) o esporte moderno distingue-se por ser desenvolvido de acordo com um conjunto de regras rigorosas, explícitas e diferenciadas, vinculadas a ideais de igualdade e justiça e também ao controle da violência, e é realizado dentro de um padrão específico de dinâmica de grupo que, facilita e restringe a tensão visando encontrar um nível agradável da mesma. Segundo Ferreira (2009, p.53) “As políticas públicas são um importante mecanismo de realização da cidadania, pois visam garantir o acesso a bens e serviços a toda população. São ações governamentais desenvolvidas por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma equânime e justa”. A elaboração do trabalho deu-se através de um estudo minucioso das despesas do Ministério do Esporte através do site Portal da Transparência, fazendo uma verificação do que foi gasto em cada um dos

programas no ano fiscal de 2007 com esporte de alto rendimento e com esporte social.

Resultados e Discussão

O resultado obtido foi uma ampla diferença em favor do esporte de alto rendimento. A diferença de investimentos entre o esporte de rendimento e o esporte de participação após o agrupamento dos programas fica representada pelo quadro abaixo:

Esporte de rendimento	403.049.105,60	98,15%
Esporte de participação	7.588.293,65	1,85%

Conclusões

Segundo a Constituição Federal o esporte é um direito de todos, apesar disso o esporte de alto rendimento é prioridade para o governo federal recebendo investimentos significativos em detrimento do esporte de participação.

Referências

STIGGER, Marco Paulo. **Educação física, esporte e diversidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FERREIRA, Eliana Lucia. **Políticas Públicas, Esporte, Lazer e Deficiência no Brasil**. Juiz de Fora, Volume D, março, 2009

Portal da Transparência disponível em www.portaldatransparencia.gov.br